



TRANSFEMINISMOS NA AMÉRICA LATINA

RESUMO DE ACHADOS

sentiido

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG

TRANSFEMINISMOS NA
**AMÉRICA
LATINA**

RESUMO DE ACHADOS

sentiido

 HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG

sentiido

Equipe de pesquisa:

Andrea Domínguez

Juliana Martínez

Ángela Duarte

Daniel González

Tradução para português:

Roanita Dalpiaz

Apoio na tradução para inglês:

Steve Clarke

Revisão de texto para a versão em inglês:

Alex Bare e Juliana Martínez

ISBN: 978-958-53070-2-5

Design:



www.altavoz.com.co

Sentiido, 2021

Em cooperação com Heinrich-Böll-Stiftung e.V.

 **HEINRICH BÖLL STIFTUNG**

CONTEÚDO

5	Introdução
9	Metodologia
11	Achados
11	1. Como são definidos os transfeminismos latino-americanos: entre a prática, a produção epistemológica e a política
13	a. Plurais
16	b. Interseccionais
17	c. Decoloniais
18	2. Tensões
19	a. O sujeito político do transfeminismo e outros atores
21	b. Trajetórias do movimento: da rua à academia cisnormativa
22	c. O trabalho sexual: entre abolicionismo e regulamentarismo
26	3. Prioridades e áreas de atuação. A violência estrutural como contexto geral
27	a. Luta contra o transfeminicídio
27	b. Despatologização das identidades trans e travestis
27	c. Leis integrais de identidade de gênero
28	d. Antipunitivismo
28	4. Estratégias
28	a. A arte como ativismo e autocura
28	b. A política como caminho de empoderamento e transformação social
29	c. O pessoal é político: histórias trans em primeira pessoa
30	5. Desafios e urgências
30	a. Falta de recursos, uma ameaça existencial
31	b. Ataques transexcludentes
32	c. Outros
33	6. Sonhos transfeministas
35	Conclusões
37	Lista de entrevistas
38	Bibliografia





INTRODUÇÃO



A pesquisa intitulada “Transfeminismos na América Latina” pretende compreender a especificidade dos transfeminismos nessa região. Por meio de um mapeamento exploratório de algumas iniciativas, lideranças e organizações que são definidas como transfeministas na América Central e do Sul, neste trabalho, é identificada a maneira como é entendido e aplicado o termo “transfeminismo”, quais suas intersecções mais relevantes, suas principais áreas de atuação e os desafios que enfrenta.

Entre os principais achados, é destacado o fato de o termo “transfeminismo” fazer referência a um conceito heterogêneo e em tensão. **É usado para designar princípios e práticas feministas desenvolvidos principalmente — embora não exclusivamente — por mulheres trans e travestis¹ que, a partir de uma visão interseccional, são profundamente críticas do essencialismo de gênero, da transfobia dentro do feminismo e da precarização de corpos migrantes, racializados, empobrecidos e de gênero diverso (entrevista com Claudia Garriga-López 2021).**

1 Doravante, referimo-nos a mulheres trans e travestis como sujeitos centrais, mas não exclusivos nem excludentes dos transfeminismos na América Latina. O termo “travesti” é reivindicado por pessoas latino-americanas com identidades de gênero femininas e que não se identificam com o sexo que lhes foi designado ao nascer (Daria, la Maracx). Como explicaremos na seção sobre o sujeito político (ver seção “Tensões/Sujeito político do transfeminismo e outros atores”), “travesti” é, antes de tudo, uma identidade política que surge de um processo de resignificação coletiva.

Os transfeminismos entendem que o sexismo está interconectado com a transfobia e que a liberação das pessoas trans, em particular de mulheres trans e travestis, está intrinsecamente vinculada à liberação de todas as mulheres (entrevista com Claudia Garriga-López 2021). Outro aspecto-chave dos transfeminismos é que configuram um movimento que surge “na rua e depois vai para o livro didático” (Berkins 2007). Isto é, **trata-se de práticas desenvolvidas nas ruas que depois se transformam em articulações políticas e numa corrente epistemológica** (entrevista com Garriga-López 2021) que, por sua vez, continuam nutrindo as estratégias de resistência e mobilização dos grupos de base.

Embora a anterior noção seja útil para entender o que são os transfeminismos, como todas as definições, torna curta e simplifica a diversidade e as tensões internas do fenômeno. Por exemplo, ainda que o termo já tenha sido usado na Espanha na década de 1980 e nos Estados Unidos em 1992, e, apesar de existirem alguns manifestos transfeministas como o de Koyama em 2001 (Garriga López 2016), nem todas as pessoas que se definem como transfeministas falam a partir de um mesmo lugar nem para o mesmo interlocutor.

Algumas pessoas pensam que os transfeminismos são movimentos por e para mulheres trans e travestis (entrevista com Leah Rivas 2021); outras argumentam que os transfeminismos deveriam estar centralizados nas mulheres trans e travestis, mas que podem e devem incluir homens trans e ter parcerias com pessoas cisgênero² (entrevistas com Jaqueline Gomes de Jesus, Letícia Nascimento e Johanna Maturana 2021); por último, estão também as que pensam nos transfeminismos de um modo mais amplo que rompe com as subjetividades ocidentais para se tornar um movimento de multidões, que inclui, mas não se limita a sujeitos que estão “em transição” de diferentes formas, como as pessoas migrantes (entrevista com Sayak Valencia 2021).

Essa diferença é somente uma das muitas que mostram a grande diversidade de posicionamentos dos transfeminismos latino-americanos e que, doravante, nos levam



a usar o termo sempre no plural, por não se tratar de um movimento unificado.

Somado a isso, como Siobhan Guerrero sugere, os transfeminismos estão profundamente situados, o que implica coincidências e diferenças importantes, como ocorre entre os transfeminismos latino-americanos e os transfeminismos espanhóis e estadunidenses; ainda, dentro da região, com as notáveis diferenças entre prioridades e estratégias em alguns países da América Central e em países como a Argentina e o Brasil.

Apesar dessa diversidade dentro dos transfeminismos, a pesquisa revela a **coincidência profunda de preocupações**: 1) a **necessidade de reconhecimento dos direitos e o fim das violências contra as pessoas trans, travestis e não binárias** e 2) a **busca de melhores condições de vida para pessoas racializadas e empobrecidas, muitas delas são, ao mesmo tempo, trans, travestis e não binárias**.

Além disso, a pesquisa revelou uma considerável preocupação por uma ofensiva crescente contra os direitos das pessoas trans, travestis e não binárias de parte de

2 O neologismo “cisgênero” é usado comumente para fazer referência a pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer. Isto é, pessoas que não são trans.



grupos de conservadores radicais e algumas feministas transexcludentes, que são autodenominadas “críticas de gênero”. Ambos têm em comum que procuram restringir a identidade de gênero ao binarismo por meio de visões essencialistas à biologia humana, segundo as quais as diferenças anatômicas — particularmente as reprodutivas — são determinantes para a identidade das pessoas, não podem ser mudadas e determinam quem pode ter acesso aos direitos humanos e quem não. Os primeiros conseguiram mudar a legislação nos Estados Unidos a respeito do acesso de pessoas trans a equipes esportivas e a tratamentos médicos, entre outros; as segundas ganharam visibilidade política no Reino Unido e na Espanha, a partir de sua oposição às leis de identidade trans e estão ganhando força no México, na Argentina e na Colômbia³.

Além de seu rápido avanço nos últimos cinco anos, é preocupante que essa narrativa transexcludente no feminismo

esteja tendo um impacto importante no reconhecimento dos direitos das pessoas trans, travestis e não binárias, bem como reforçando os preconceitos e os discursos de ódio em uma das regiões do mundo onde são apresentados mais casos de violência contra essa população⁴.

Tanto as organizações travestis, trans e não binárias quanto as pessoas que se enunciam a partir do trans-feminismo vêm tendo que responder a essa ofensiva que amplifica os preconceitos e os discursos de ódio, coloca obstáculos às lutas pelos direitos e intensifica as formas de violência com as quais a região já sofre. Determinar como são essas respostas e de que modos podem ajudar as pessoas aliadas é outra das perguntas fundamentais deste exercício investigativo.

3 Para mais informações, ver: Juliana Martínez, Ángela María Duarte e María Juliana Rojas, *Manufacturing moral panic: Weaponizing children to undermine gender justice and human rights*, <https://globalphilanthropyproject.org/2021/03/24/manufacturing-moral-panic/>

4 Um relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos conclui que a expectativa de vida das mulheres trans na América Latina é de 35 anos (Transgender Monitoring. Transrespect versus Transphobia 2020). O Brasil é o país onde mais pessoas trans são assassinadas no mundo. Somente em 2020, pelo menos 175 pessoas trans — todas mulheres — foram assassinadas no país, o que equivale a um assassinato a cada dois dias, segundo os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

METODOLOGIA

P

ara responder às perguntas anteriores, o processo de pesquisa foi dividido em três fases, descritas a seguir.

Revisão bibliográfica: foram analisados 20 artigos de meios eletrônicos, 10 artigos acadêmicos, seis webinars, sete episódios de podcasts e dois programas de televisão, a fim de identificar pessoas-chave nos movimentos transfeministas da região, nas áreas de atuação de cada um deles e onde sua luta é definida.

Pesquisa qualitativa: realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com lideranças dentro dos transfeminismos latino-americanos, que se dedicam à pesquisa e/ou ao ativismo, que se definem como transativistas e que se posicionam e/ou são reconhecidas como transfeministas na América Latina. Para isso, foram desenvolvidos um consentimento informado, uma política de tratamento de dados e um questionário baseado na revisão bibliográfica (com 12 categorias, incluindo a definição de transfeminismo, suas áreas de atuação, coalizões e parcerias, intersecções mais relevantes, desafios, entre outros). A equipe realizou 20 entrevistas por Google Meet ou Zoom com lideranças transfeministas da região. Cada entrevista foi gravada e transcrita para facilitar o processo de análise qualitativa. Ao finalizar o processo de pesquisa, todos os arquivos serão deletados, como foi determinado na política de tratamento de dados.

Análise, redação e edição: a partir da socialização dos achados, foram realizadas em equipe a redação e a edição do relatório de achados.

Durante o processo, a equipe teve reuniões a cada duas semanas, a fim de ajustar os produtos ao longo das diferentes fases (questionário, consentimento informado e demais documentos no período inicial, rascunhos, versão final do trabalho e traduções para inglês e português).



ACHADOS

1

COMO SÃO DEFINIDOS OS TRANSFEMINISMOS LATINO-AMERICANOS: ENTRE A PRÁTICA, A PRODUÇÃO EPISTEMOLÓGICA E A POLÍTICA

Os transfeminismos são uma vertente feminista que foca nas vozes, nas experiências, nas práticas e nos conhecimentos das mulheres trans e travestis como fundamentais para a liberação de todas as mulheres e para uma distribuição equitativa dos direitos, das oportunidades e dos recursos entre todas as pessoas. Para isso, os transfeminismos consideram outras categorias de opressão, como a racialização e a classe.

Os transfeminismos na América Latina são organizados em três campos de ação e produção de conhecimento: 1) prático, 2) epistemológico e 3) político. Nesses três campos, o trabalho está baseado em estratégias que partem das experiências de vida trans, em particular das mulheres trans e travestis. Essas três dimensões são retroalimentadas entre si, constituindo um coral de vozes diversas, mas harmônicas, cada vez mais audível na região e, por isso, cada vez mais atacado por posicionamentos conservadores, pela extrema direita e pelos feminismos transexcludentes.

Campo prático

Os transfeminismos são pensados como populares, comunitários (entrevista com Charlotte Callejas 2021; Garriga-López 2021) e profundamente comprometidos com a mobilização social. Durante décadas, a “militância de rua”, o protesto e a articulação comunitária local vêm sendo algumas das principais ferramentas encontradas pelas mulheres trans e travestis para trabalhar pela defesa de seus direitos e necessidades. Essas práticas transfeministas são reconhecidas como a gênese dos transfeminismos e como parte vital deles na atualidade.



Dessa maneira, os transfeminismos vêm sendo constituídos como espaços de luta, resistência e questionamento dos sistemas de opressão e exclusão produzidos pela cisnormatividade que interpela o “cis-tema”⁵, presente inclusive em vertentes do feminismo, incluindo a proveniente de e aos feminismos transexcludentes.

Campo epistemológico

Os transfeminismos latino-americanos são produtores de conhecimento. **O fato de terem sido desenvolvidos inicialmente fora do âmbito acadêmico não significa que o seu campo prático não tenha gerado conhecimento próprio. Ao contrário, mulheres trans e travestis no exercício de seu ativismo foram geradoras de epistemologias que partiram de suas experiências de vida e da militância** (entrevista com Letícia Carolina Nascimento, 2021). Textos de Lohana Berkins, como *Travesti, una identidad política* (2006) e mais recentemente *Travesti, una teoría lo suficientemente buena* (2019), de Marlene Wayar, são bons exemplos da centralidade das práticas ativistas travestis e trans para produzir conhecimento e mobilização política.

Além disso, durante as duas primeiras décadas do século XXI, a vinculação de mulheres trans e travestis às universidades, bem como o maior acesso à internet contribuíram para a formulação acadêmica e tradicional de epistemologias transfeministas (conforme seção “Tensões/Trajetórias do movimento: da rua à academia cisnormativa”)

As epistemologias transfeministas surgem da intersecção dos estudos trans e travesti desenvolvidos na região⁶, e da extensa produção teórica feminista. Assim, para algumas pessoas entrevistadas, os transfeminismos não somente possibilitam proposições teóricas, mas também constituem reflexões ético-políticas que buscam o reconhecimento das experiências de vida trans e de seus direitos (entrevista com Siobhan Guerrero 2021).

Essa ideia de reflexão está em sintonia com outras visões que consideram que, mais do que um movimento, os transfeminismos constituem uma epistemologia (entrevista com Sayak Valencia 2021) ou, inclusive, uma ferramenta de pensamento crítico que permite escutar todas as vozes na mesa e que deveria reconhecer a diversidade de corpos e suas relações históricas para gerar memória a partir da possibilidade de contar a própria história (entrevista com Elyla Sinvergüenza 2021).

Há consenso no que se refere a que os transfeminismos ampliam as lutas feministas para uma compreensão multifacética e não binária do gênero, desenraizando as concepções biologicistas que ainda são naturalizadas dentro dos discursos feministas (entrevista com Letícia Carolina Nascimento 2021; Garriga-López 2021).

Essa posição questiona a existência de um vínculo único entre corporalidade e identidade. Ou seja, rejeita a noção de que “ser mulher”, “ser homem” ou se identificar com outro gênero esteja determinado pela presença ou ausência de certos cromossomos, órgãos genitais, sexuais ou reprodutivos, ou por níveis hormonais.

Campo político

Os transfeminismos também passaram ao terreno da política para levantar a bandeira das agendas fundamentais para as pessoas trans.

O número de mulheres trans e travestis em candidaturas em eleições populares e que foram eleitas vem aumentando nos últimos anos. A advogada Tamara Adrián ganhou seu posto na Assembleia Nacional da Venezuela em 2015 e, no Equador, a ativista Diane

5 O prefixo “cis”, que significa “do mesmo lado de”, vem sendo usado para criar termos como “ciscônero” para nomear as pessoas que se identificam com o sexo que lhe foi designado ao nascer. Também vem sendo usado para gerar conceitos que ressaltam a discriminação sistemática que as pessoas trans enfrentam na sociedade. “Cis-tema” é uma dessas subversões da linguagem, em que “sistema”, palavra escrita adequadamente, é substituída por “cis-tema”, para abranger a ideia de hétero/cisnormativo. Em outras palavras, excludente da diversidade sexual (pessoas lésbicas, gays e bissexuais) e de gênero (pessoas trans, travestis e não binárias). Para mais informações, ver Juliana Martínez, “La obligación de ser heterosexual”, <https://sentiido.com/la-obligacion-de-ser-heterosexual/>

6 Para mais informações, ver: Blas Radi, “On trans* epistemology. critiques, contributions, and challenges”, *TSQ: Transgender Studies Quarterly* 6, n.o 1 (2019): 43-63.



Rodríguez foi eleita vereadora para a Assembleia Nacional em maio de 2017.⁷ Embora não tenha sido eleita, em 2021, a ativista indígena e ambientalista Gahela Cari foi a primeira candidata trans em se apresentar a eleições do Congresso do Peru e, como ela, há mais casos em todo o continente. No Brasil, durante as últimas eleições municipais, realizadas em 2020, o número de pessoas trans eleitas foi quatro vezes maior do que em 2016.⁸ Em 2016, foram eleitas oito em comparação com as 30 eleitas em 2020.

No entanto, a articulação política não é só evidente no âmbito eleitoral. O ativismo transfeminista costuma articular no âmbito comunitário para aumentar a participação de mulheres trans e travestis em espaços antes pouco ocupados por elas, como as associações comunitárias, as universidades e o setor educacional em geral.

Pertinência do termo “transfeminismo”

O uso do termo “transfeminismo” não chega sem sentimentos contraditórios para algumas pessoas. Por exemplo, **o uso do prefixo “trans” pode legitimar a exclusão das pessoas trans e travestis dentro dos feminismos, pois ficariam necessariamente relegadas aos “transfeminismos” e já não poderiam se enunciar como feministas simplesmente?**

Além disso, nem todas as pessoas ou organizações consultadas consideram que o termo “transfeminismo” seja relevante ou válido em sua luta política, como a colombiana Mati González Gil sugere: “esse termo não me permite mobilizar nada politicamente, para que eu vou me nomear de uma forma que não convém?” (entrevista com Mati González Gil 2021).⁹

Mauro Cabral, da Argentina, reforça esse posicionamento ao afirmar que, às vezes, o termo “não permite um diálogo politicamente produtivo”, em parte porque, ironicamente, pode ser cooptado por feministas cisgênero

para se nomearem transinclusivas sem ter que incluir realmente as pessoas trans dentro de seus espaços políticos, acadêmicos ou sociais. A isso Cabral chama “transfeminismos cis” e adverte sobre essa nova forma de tokenismo e apropriação por parte de comunidades supostamente aliadas das pessoas, dos direitos e das causas trans. (entrevista com Mauro Cabral 2021). Apesar disso, outras pessoas o veem como um termo estratégico, que permite ativar certos debates, visibilizar as problemáticas das pessoas travestis, trans e não binárias, e mobilizar uma agenda de transformação social.

A partir disso e apesar de suas diferenças, os transfeminismos compartilham três características principais: são plurais, interseccionais e decoloniais.

a. Plurais

Dependendo de cada contexto, os transfeminismos na América Latina ganham matizes que evidenciam necessidades e lutas particulares das mulheres trans e travestis em contextos étnico, cultural e politicamente diferentes. Essa pluralidade varia de acordo com as prioridades, as diversidades etnoraciais e as diferentes categorias identitárias que os diversos transfeminismos apresentam.

■ Prioridades

Em alguns países, como a Argentina, o Brasil e o México, os movimentos sociais também são gestores de uma vasta produção intelectual. Esta tem sido consolidada ao ganhar espaços no âmbito acadêmico para gerar uma epistemologia própria e, de certo modo, orientadora para os transfeminismos da região.

Contudo, em alguns contextos, particularmente na América Central (em específico na Nicarágua, em Honduras e em El Salvador), a produção de um corpus teórico ou acadêmico não é prioridade: diante dos níveis de violência da região e das preocupações políticas relacionadas com a autocracia de seus regimes políticos, “há outras coisas com que se preocupar na vida” (entrevista com Daniela Núñez 2021). Isso não é visto como uma desvantagem, mas sim como uma potência que pode enriquecer os transfeminismos: “nossas discussões a respeito dos nossos feminismos são variantes no sentido de que tem outras particularidades políticas que nos impactam de maneira mais direta” (entrevista com Daniela Núñez 2021).

7 “Candidatos transgénero ganan terreno en la política en América Latina”, revista *Qué pasa*, 2021.

8 “Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016”. *Revista Género e número*, 2020. <https://www.generonumero.media/trans-eleitas-em-2020/>

9 N.T. A transcrição das entrevistas em outro idioma diferente do português foi traduzida livremente em todo o documento.

■ Diversidade etnorracial

As características etnorraciais também dão forma aos transfeminismos latino-americanos. Um exemplo disso é o Brasil, com mais de 200 milhões de pessoas, onde 49,6% delas é negra ou parda e onde 80% das vítimas de violência transfóbica são mulheres trans e travestis negras ou pardas¹⁰.

Nesse contexto, as transfeministas viram a necessidade de falar de um afrotransfeminismo para poder abranger o problema da transfobia em conexão com o do racismo estrutural. **“Sim, todas nós somos trans, todas nós somos travestis. Mas num país que é estruturalmente racista como o Brasil, último país das Américas a dar fim ao sistema escravista, em um país que tem um problema enorme no que diz respeito a uma falaciosa democracia racial, apenas destacar nossas identidades de gênero não é o suficiente para compreender o que nós experienciamos nessa sociedade brasileira; então, a partir daí, eu comecei a investir nessa narrativa, nesse discurso de pensar identidade de gênero e raça enquanto duas dimensões que são importantíssimas para compreender a própria experiência trans no Brasil”** (entrevista com Maria Clara Araújo 2021).

■ Categorias identitárias próprias

Para entender os transfeminismos na região, é essencial compreender as nuances de autorreconhecimento. Para muitas das pessoas entrevistadas, no centro dos transfeminismos, está a identidade travesti, uma categoria eminentemente latino-americana, com particularidades em cada país. Essa categoria surge da reapropriação do insulto dirigido a transtrabalhadoras do sexo, o qual vem sendo convertido numa identidade política que reivindica o direito a se autodefinir mais além da concepção de gênero.

Como a ativista argentina Lohana Berkins (2007) expressava: **“nós, travestis, somos pessoas que construímos nossa identidade questionando os sentidos que a cultura dominante dá à genitalidade. A sociedade faz leituras dos genitais das pessoas e essas leituras geram expectativas sobre identidade, habilidades,**



posição social, sexualidade e moralidade de cada pessoa. Consideram que, a um corpo com um pênis, será designada uma subjetividade masculina e a um corpo com vagina, uma subjetividade feminina”.

Isto é, o uso do termo “travesti” busca gerar uma insubordinação epistêmica, transformando um conceito derivado de um posicionamento biomédico em uma categoria redefinida a partir da própria identidade de gênero.

Outro aspecto-chave da identidade travesti se refere a que é uma categoria não binária, pois muitas travestis não se reconhecem com o termo “mulher”: “as travestis têm uma identidade de gênero feminina, mas nem toda travesti se reconhece enquanto mulher e quando é usado o termo ‘mulher’ como sinônimo de gênero, estão sendo excluídas as experiências de muitas travestis que não querem se reconhecer dentro de esse nome ‘mulher’. Eu opto por utilizar os termos ‘mulheridades’ e ‘feminilidades’, já que nós temos em comum essas

10 Bruna G. Benavides e Sayonara Naider Bomfim Nogueira, *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020* (São Paulo: Expressão Popular/Antra, 2021).



experiências de uma marcação dentro de aquilo que é feminino, mas não necessariamente dentro dos moldes cis-hétero patriarcais” (entrevista com Letícia Carolina Nascimento 2021).

Portanto, “travesti” deve ser entendido “como uma identidade fortemente política, sudaca¹¹, territorial, que tem a ver com o linguístico, o regional e toda uma genealogia relacionada com uma história de luta na qual nossos primeiros movimentos se encontravam no público, na rua, para exigir, ‘isso é identidade travesti’” (Florescia Guimaraes 2021).

Como diz Maria Clara Araújo, travesti “é uma identidade que se construiu em solo latino-americano e acredito que

é importante que, quando dialogarmos com instituições estadunidenses e europeias, façamos o exercício de não traduzir esse termo, porque as nossas experiências enquanto travestis em Cali, no Rio de Janeiro, em La Paz, em Monterrey, em Santo Domingo, trazem consigo aspectos que são muito da nossa região, da realidade na qual estamos inseridas na América Latina. E qual é essa particularidade? É uma experiência de violência que não cessa, de uma crise contínua que parece que nunca vai acabar, e nós estamos inseridas nesse contexto de origem colonial” (Maria Clara Araújo 2021).

Assim como ocorre com o termo “travesti”, o termo “*cochón*” é usado na Nicarágua e não necessariamente coincide com uma ideia binária cada vez mais associada ao termo “*trans*”. *Cochón*, *cochona* ou *cochonx* é usado para se referir a pessoas designadas masculinas ao nascer, mas cuja identidade e/ou expressão de gênero não segue as normas tradicionais da masculinidade ou da homossexualidade. “O *cochón* já é não binário porque se

11 “*Sudaca*” é uma palavra usada principalmente na Espanha, em geral de forma despectiva, para se referir aos imigrantes sul-americanos. Contudo, os próprios imigrantes a adotam para subverter seu conteúdo degradante.

diz de alguém que não é nem homem nem mulher, mas essa expressão [‘não binária’] vem do Norte”. Além disso, o termo está permeado pela raça e pela colonialidade, quem se nomeia assim são negros, pobres ou da periferia (entrevista com Elyla Sinvergüenza 2021).

Esse também foi um caso de apropriação de um termo insultante para transformá-lo em uma maneira de nomear uma identidade com orgulho sob um paradigma diferente do que a sigla LGBT propõe e se constituir como sujeito político na luta por seus direitos. Essas formas de dar nomes a suas experiências permitem aos *cochones* se desvincular da colonialidade e de sua imposição teórica e identitária para se construir coletivamente em espaços comunitários; por isso são termos com relevante potência política.

Finalmente, algumas pessoas também usam “trans”, “queer” ou “não binária”¹² de forma estratégica, pois, embora os considerem termos “norteadores”¹³ e coloniais, são úteis em âmbitos políticos para poder estabelecer diálogos e agendas comuns com espaços transfeministas de outros países ou regiões, embora sem perder o olhar crítico (entrevista com Daniela Núñez 2021; Elyla Sinvergüenza 2021; Florencia Guimaraes 2021)¹⁴.

12 Diante dos termos “trans” e “não binária” (terminado em “e” para marcar a neutralidade), algumas das pessoas entrevistadas manifestaram que há, inclusive, discussões a respeito das pessoas não binárias que nem sempre são reconhecidas dentro do espectro do trans (entrevista com Elyla Sinvergüenza 2021).

13 “*Términos norteados*”, no original, faz referência ao Norte global, conceito utilizado nos estudos pós-coloniais para falar de países industrializados e localizados predominantemente no hemisfério norte, mas também em outras latitudes, como no caso da Austrália ou da Nova Zelândia.

14 Fica aberta a pergunta sobre as relações coloniais presentes nos próprios transfeminismos. Algumas das pessoas entrevistadas reconhecem a associação com os transfeminismos espanhóis em um sentido quase genealógico, embora não necessariamente colonial por sua relação com as pessoas migrantes na Espanha (Sayak Valencia). Para outras, mais além da coincidência do termo e das figuras teóricas que o acunham, o valor dos transfeminismos estaria na formação de espaços comunitários interseccionais, decoloniais e indígenas no qual possam ser escutadas as vozes marginalizadas e desenvolvidas parcerias (entrevista com Elyla Sinvergüenza 2021). Além disso, muitas outras pensam que as construções vêm tomando partes para se integrarem ao Norte, mas sempre serão transfeminismos sudacas, os quais nascem quando são reconhecidas as raízes da pluralidade que conforma o movimento (entrevista com Guimaraes e Balvin 2021).

b. Interseccionais

Entre as intersecções mais relevantes dos transfeminismos latino-americanos estão as de racialização e classe. Quase todas as pessoas entrevistadas, independentemente de sua localização geográfica, mencionam que a maioria de mulheres trans e travestis na região vive em condições precárias relacionadas não somente com sua identidade de gênero, mas também com sua identidade etnorracial e sua situação socioeconômica.

A intersecção entre gênero e racialização inclui também a situação dos povos originários. “Não pode haver liberação *cochona*, *marica*, transfeminista sem reconhecer os povos indígenas”¹⁵ (entrevista com Elyla Sinvergüenza 2021).

Charlotte Callejas, cubana residente na Colômbia, menciona que também há intersecções com as práticas religiosas e espirituais que devem ser consideradas: quem, como ela, pratica religiões de matizes africanas podem ser discriminadas — em ocasiões por acusações de bruxaria — pelo estigma de satanismo que pesa sobre as religiões diferentes do cristianismo (entrevista com Charlotte Callejas 2021). Ainda, se são praticantes de religiões cristãs, os cenários religiosos podem ser com frequência uma fonte importante de violência contra pessoas LGBT.

A interseccionalidade nos transfeminismos também pode ser vista a partir dos sujeitos que o compõem: “não importa como são as pessoas: traveco¹⁶, gordas, magras, putas, negras, com necessidades especiais, estamos tudo aquilo [sic] que sempre fica por fora de alguns setores” (entrevista com Florencia Guimaraes 2021). “Além disso, estamos nós, as pessoas não binárias, porque também construímos a partir disso, aliás, eu construo a partir disso” (entrevista com Santiago Balvin 2021).

Contudo, ainda que a abordagem interseccional seja importante porque estabelece parâmetros para gerar pesquisas ao reconhecer as particularidades das populações específicas, algumas pessoas entrevistadas expressaram receio do termo. Sentem que seu uso cotidiano o transformou em uma catalogação de diferenças, uma enumeração de identidades que gera fragmentação, pois não designa quem gera essas categorias e se

15 N.T. Como equivalentes, podem ser citados: trava, mariquinha.

16 N.T. No original está “trava”, que é diminutivo coloquial de travesti.



beneficia delas, e perde de vista a luta conjunta por objetivos comuns. Além disso, apesar de não seguir o sentido originário do termo “interseccionalidade”, essa simplificação pode desconhecer as consequências históricas, sociais e políticas das hierarquias impostas pelas categorias raciais e de classe, que dá etiquetas de identidade, não como categorias de opressão que permitam escutar as vozes das pessoas mais afetadas por elas (entrevista com Daniela Núñez 2021).

c. Decoloniais

Diante de uma herança partilhada de colonização na região, muitos transfeminismos se veem a si mesmos como decolonizadores, pois promovem uma emancipação contra os efeitos políticos, sociais e culturais da colonialidade¹⁷ que, nesse caso, impõe uma visão biologicistas, binária e hierárquica do gênero, além da heterossexualidade obrigatória.

A racialização e a classe são temas transversais na América Latina que evidenciam o impacto social, político e econômico das estruturas de desigualdade impostas pela colonização e que vêm sendo perpetuadas por meio da colonialidade. A “raça”, em particular, aparece como uma categoria que surge durante o processo de colonização e que continua sendo utilizada para distribuir desigualmente direitos e recursos a populações negra e indígena. Vem disso a importância de uma perspectiva

decolonial dentro dos transfeminismos latino-americanos. Como Letícia Carolina Nascimento comenta: “na América Latina, a gente só consegue entender quais vidas são precárias a partir da compreensão da colonialidade e também da colonialidade de gênero que a María Lugones trabalhou e trazendo um pouco o que Aníbal Quijano coloca como uma classificação social que é imposta pela colonialidade a partir de classe, a partir raça e a partir de gênero. O resultado desse processo é aquilo que a Judith Butler chama de ‘vidas precárias’, vidas esvaziadas de qualquer sentido de vida. Esse processo de colonização nos tira o rosto humano, nos transforma apenas num objeto de prazer, num objeto de trabalho” (entrevista com Letícia Carolina Nascimento 2021).

O pensamento decolonial, de acordo com algumas perspectivas transfeministas consultadas, também pode ajudar a refletir sobre a mudança dos tipos de opressão que foram e continuam sendo gerados sobre diferentes corpos¹⁸.

“Eu realmente acredito que precisamos de um transfeminismo que tenha uma série de diálogos com outros movimentos, em especial com o pensamento decolonial, não somente porque a maioria de pessoas trans é racializada e é aí onde ocorrem muitas violências associadas a crimes de ódio, mas sim porque parte do que subjaz a esse conflito, no qual se diz que os corpos de homens e mulheres sempre foram lidos da mesma forma na história, vem de um viés na colonialidade do saber. Acredito que muitos dos feminismos transexcludentes não têm feito um exercício de reflexão sobre o que contam da história das mulheres. Com isso, não quero dizer que vamos encontrar uma história gloriosa de sociedades inclusivas, o que quero dizer é que vamos encontrar histórias com dinâmicas

17 Por colonialidade, fazemos referência às estruturas de poder que o colonialismo e mais recentemente o imperialismo — como sistemas de dominação e/ou exploração exercidos por um Estado sobre uma colônia ou sobre outros estados — deixam instaladas nas sociedades nas quais atuam. Aníbal Quijano formulou o conceito de colonialidade do poder para explicar a estrutura colonial de poder que produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais” conforme os momentos, os agentes e as populações envolvidas. “Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus foram, inclusive, assumidas como categorias (de pretensão ‘científica e objetiva’) de significação anistórica, isto é, como fenômenos naturais e não da história do poder. Essa estrutura de poder foi e ainda é o referencial a partir do qual as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental, operam” (Quijano 1992). Além disso, fazemos referência ao conceito de colonialidade do gênero, formulado por María Lugones, que acrescenta que não somente a raça mas também o gênero funcionam como categoria de dominação para justificar a supremacia branca, a superioridade masculina, o binarismo de gênero e a heterossexualidade obrigatória como únicos modos de vida possíveis (Lugones 2008).

18 A pesquisadora Viviane Vergueiro é autora de uma pesquisa denominada “Pós-descolonização de gêneros e corpos inconformados: uma análise de cisgeneridade como normatividade”, na qual analisa como os corpos e os gêneros que não estão dentro da normatividade cisgênero vivem existências colonizadas. “E aqui tomo a colonização em sua acepção mais ampla, como colonização cultural do saber, colonização existencial dentro de um sistema, um ‘sistema-mundo’, usando o termo de Quijano, e essas cismatidades atuam nas identidades de gênero não normativas. Nesse sentido, essa cismatidade é uma categoria analítica útil para pensar interseccionalmente a identidade de gênero como algo válido dentro das lutas opressivas, anticoloniais” (entrevista com Viviane Vergueiro, na Ibero América Social, 2014).

diferentes dessa ideia de que sempre houve um grupo de pessoas sexualmente oprimidas. Não teremos exemplos de igualdade, mas sim poderemos ver que os exercícios de opressão vêm ocorrendo de formas diferentes, ajustes de gênero diferente. A virada à decolonialidade é a virada para considerar o caráter histórico dos corpos e das identidades, de como as opressões também mutam e se transformam” (entrevista com Siobhan Guerrero 2021).

Além de ajudar a entender a complexidade do fenômeno, a perspectiva decolonial pode ajudar os transfeminismos latino-americanos a se articular entre si a partir dessas características em comum, pois, em toda a região, as mulheres trans e travestis são vítimas da transfobia e da violência contra o feminino implantada desde a colônia (entrevistas com Maria Clara Araújo e Erika Hilton 2021).

“A colonialidade naturaliza a noção de que essa corpa¹⁹ serve para isso, para ser violentada, que essa é única função dela. Eu debato sobre essa precarização das nossas existências e eu uso a categoria colonial para que possamos aproximar o transfeminismo dos estudos decoloniais e produzir um diálogo mais produtivo com os feminismos latino-americanos” (entrevista com Letícia Carolina Nascimento 2021).

2 TENSÕES

Como todo movimento vivo, os transfeminismos latino-americanos estão em constante diálogo e mudança, e, em meio dessa atividade intelectual, política e social, há tensões, entre as quais identificamos três principais: 1) a definição do sujeito político dos transfeminismos, 2) a tensão entre os transfeminismos e a academia cisnormativa e, finalmente, 3) as tensões no interior dos transfeminismos entre abolicionistas e regulamentaristas do trabalho sexual.

19 Algumas pessoas utilizam a palavra “corpa”, em feminino, como uma maneira de emancipação linguística contra a “marca colonial gramatical” (Elyla Sinvergüenza 2021). Também é frequente o uso das palavras “transgênera” e “transgênera”, em feminino e num gênero não binário que existe em outras línguas, como o inglês, mas não no espanhol nem no português (Letícia Carolina Nascimento 2021).





a. O sujeito político do transfeminismo e outros atores

Os transfeminismos estão a serviço das identidades transfemininas, a serviço das identidades não cisgênero ou a serviço da multiplicidade de sujeitos discriminados e oprimidos de diversas maneiras mais além das identidades de gênero?

Para várias das pessoas entrevistadas, no centro dos transfeminismos estão e devem continuar estando as mulheres trans e travestis, tendo em vista a extrema precarização de suas vidas na maioria dos países. “Nossos índices de assassinato continuam sendo alarmantes e as condições de vida que já eram difíceis para a maioria pioraram com a pandemia [ocasionada pela covid-19] que impossibilitou o trabalho sexual do qual muitas dependem para sobreviver. Mudar uma situação tão crítica requer uma mobilização institucional grande, requer repensar nossas políticas educacionais, criar oportunidades no mercado de trabalho, repensar política de segurança pública... então acredito que os sujeitos políticos devem ser aquelas que podem oferecer análises cada vez mais aguçadas de sua situação” (entrevista com Maria Clara Araújo 2021).

Contudo, a centralidade das identidades trans e travestis implica também um olhar interseccional que cria espaços de coalizão por lutas comuns que vão mais além das categorias identitárias do gênero.

Os transfeminismos procuram “quebrar essa reificação do biológico sobre a vida, essas representações sociais que as pessoas fazem da biologia como se regesse a vida. Isso é um trabalho pela liberdade de gênero, de diversidade sexual, de reconhecimento da intersecção de identidades... a gente não pode ver uma pessoa só como uma pessoa trans ou cis, mas também como trans e cis, que além disso é branca, negra, indígena, idosa, com alguma necessidade especial e por aí vai” (entrevista com Jaqueline Gomes de Jesus 2021).

Essa visão para o futuro vê nos transfeminismos e em suas interações com a sociedade um potencial enorme de transformação na medida em que pessoas cisgênero compreendam a importância da agenda transfeminista não somente para as pessoas trans, mas também para todes.

Outros atores dentro dos transfeminismos

Outro aspecto importante a considerar é que, com a chegada cada vez mais contundente dos homens trans e de pessoas transmasculinas ao diálogo transfeminista, os transfeminismos estão sendo questionados, e essas identidades começam a fazer parte deles como atores, embora não necessariamente como sujeitos políticos.

Independentemente da centralidade das identidades transfeministas, os transfeminismos são concebidos por alguns de seus integrantes como espaços abertos a todas as identidades não cisgênero, que vêm padecendo, de alguma maneira, diversas formas de violência justamente por não serem isso; nesse contexto, são incluídos os homens trans.

“Os homens trans são muito importantes para o transfeminismo porque eles vão ajudar os homens cisgênero a repensar seu modelo atual de masculinidade, que é tóxica. Não quer dizer que os próprios homens trans não tenham que criar seus modelos e mudá-los, há muitas contribuições que todo o mundo pode fazer a partir de seu lugar de fala, que é sempre diferente” (entrevista com Jaqueline Gomes de Jesus 2021).

Letícia Carolina Nascimento reforça essa ideia ao afirmar que “**entendemos as identidades transgênero a partir das experiências dessas pessoas e não a partir apenas de um órgão genital. As identidades elas são múltiplas; o corpo ele não é um acessório da identidade, o corpo ele produz identidade, a identidade ela é produzida junto com o corpo, e o próprio corpo ele é produzido nesse processo. Nós não somos nossos corpos, como Butler diz, nós fazemos nossos corpos**” (entrevista com Letícia Carolina Nascimento 2021).

Mais além de sujeitos políticos

Alguns setores dos transfeminismos latino-americanos, principalmente no México, questionam a ideia em si de sujeito e, em consequência, a ideia de sujeito político. Sayak Valencia, muito próxima da tradição espanhola, aposta na ideia de transição e de deslocamento no centro dos transfeminismos para poder incluir o que acontece na transição entre outras “fronteiras”, como a classe, a racialização, o Estado e o gênero. Por isso, prefere conceitos como o de “multidão em transição”, que não está permeado pelas lógicas neoliberais para se referir

ao sujeito político dos transfeminismos (entrevista com Sayak Valencia 2021).

Outras pessoas consideram que o conceito de sujeito político está muito apegado à ideia de uma política identitária que reivindica algumas experiências de vida sobre outras e se pergunta: **que tão grave seria para os feminismos pensá-los como sujeitos políticos apoiados numa determinada identidade, mas sim em termos de horizontes, de ferramentas e estratégias de luta?** Nesse sentido, do México, Siobhan Guerrero reivindica a necessidade de deixar de pensar no sujeito político em matéria identitária, pois lhe parece mais adequado pensá-lo em termos dos horizontes e dos projetos políticos de sujeitos cujas identidades, incluídas as trans e travestis, podem ser diversas e mudar com o tempo; “as identidades são históricas e o tempo vai engolir elas” (entrevista com Siobhan Guerrero 2021).



Todo mês de julho a “Marcha trans” é realizada em Bogotá. Em 2021, muitas pessoas se reuniram nas ruas do bairro de Santa Fé, no centro da cidade, sob o lema “Eu marcho trans” para exigir respeito e oportunidades para mulheres trans e travestis de todo o país.

De modo parecido, Daniela Núñez, costa-ricense residente no México, pensa que “o transfeminismo abre uma porta não somente para as pessoas trans, mas também para as marginalidades que estão próximas dessas discussões”, como as trabalhadoras sexuais cisgênero que compartilham muitos espaços com quem se identifica como travesti. Nesse sentido, ela pensa que o sujeito político dos transfeminismos deve estar em questão e em construção, o que não implica que a experiência trans se perca nem a necessidade de se pensar sob perspectivas antirracistas e decoloniais. O questionamento e a construção desse sujeito devem partir do reconhecimento da realidade dos corpos da região e da colonialidade dos espaços que habitam.

A realidade na Argentina está nessa mesma sintonia, como Florencia Guimaraes (2021) menciona: “o transfeminismo não está somente construído por pessoas trans, é para quem quiser, lésbica, sapatão, negra, *sudacas*, putas, travestis/trans; é para quem estiver disposto a questionar

todas as opressões que viemos naturalizando e fazer alguma coisa para mudá-las”.

Esse posicionamento, contudo, encontra ainda reticências devido à dívida histórica de reconhecimento das identidades transfemininas. “Essa discussão é um pouco demais para sujeitas²⁰ às quais historicamente foi negada sua identidade. É como se nós nunca tivéssemos tido uma identidade e, agora que temos a oportunidade de ter, vamos ter que pular essa etapa? **Em algum momento, posso chegar a isso e dizer: ‘chega de identidades’, mas sempre nos foi negado isso e agora eu quero ser reconhecida por minha identidade como travesti. Entendo academicamente o movimento pós-identitário e acho potente e necessário, mas, para o contexto atual, ainda defendo uma política identitária**” (entrevista com Letícia Carolina Nascimento 2021).

A porto-riquenha Claudia Sofia Garriga-López concorda e indica que, devido ao funcionamento das estruturas de opressão, lutar pela igualdade das pessoas travestis e trans implica a criação de um mundo equitativo de maneira mais ampla: “o sujeito político dos transfeminismos são as mulheres trans; quando as mulheres trans forem livres, todas as pessoas serão livres” (Garriga-López 2021).

b. Trajetórias do movimento: da rua à academia cisnormativa

Há uma coincidência em que os transfeminismos latino-americanos sejam alimentados da interação entre o movimento social pelos direitos das pessoas trans e as elaborações acadêmicas que, num princípio, foram nutridas da produção de conhecimento anglo-saxã e europeia, em grande parte elaborada por pessoas cisgênero, mas que adquiriu sentidos próprios e diversos tão logo os transfeminismos foram estabelecidos na região.

A maior tensão emerge quando sua agência — não somente social, mas também epistemológica — não é reconhecida ao movimento social. “Temos militantes de 50, 60 anos que nunca foram à universidade nem querem ir, mas que têm uma experiência muito vasta, não somente experiência de vida, mas sim que há uma construção de epistemologias



20 Outra subversão da linguagem — em português e em espanhol — ao colocar no feminino um substantivo terminado em “o” e usado para se referir tanto a sujeitos femininos como masculinos.

no movimento travesti a partir do entendimento da nossa realidade sob uma percepção crítica de nossas identidades. **Não precisamos chegar à universidade para produzir epistemologias, mas chegar a ela, sim, nos permite ter mais conexões e transitar em outros espaços que acabam ampliando as epistemologias trans**” (entrevista com Letícia Carolina Nascimento 2021).

Muitas das pessoas entrevistadas, em particular as que atuam no âmbito acadêmico, reivindicam mais espaço para as pessoas trans que se dedicam à pesquisa e que manifestam sua inconformidade de que as pessoas trans que produzem conhecimento não são citadas com a mesma frequência que seus pares cisgênero. Em sua opinião, quem tem em suas mãos a possibilidade de influenciar sobre as políticas afirmativas deve fazer isso a favor de espaços para pessoas trans que se dedicam à academia (entrevista com Jaqueline Gomes de Jesus 2021; Mauro Cabral 2021).

Por sua vez, existe uma preocupação em algumas das pessoas entrevistadas pela distância entre o movimento de base e o “ativismo da internet”. Embora seja reconhecido o valor de influenciadores para contribuir para o reconhecimento das vidas trans como vidas valiosas (nos diversos campos nos quais se mostram por meio de seus perfis), é questionada a falta de contato com “a rua”.

“A internet foi importante para a própria formação do transfeminismo, mas eu tenho muita preocupação porque a discussão se faça sem ter um pé no movimento social de base e vejo de fato que a militância de hoje tem uma dificuldade para transformar suas reflexões em políticas públicas que empoderem o movimento. Uma grande quantidade de militantes está pensando somente a partir da internet, em seu perfil do Instagram e, claro, alcançam números enormes de seguidores e mudam percepções, mas não necessariamente vão conseguir impactar as políticas públicas, porque isso não foi trabalhado no movimento social” (entrevista com Jaqueline Gomes de Jesus 2021).

c. O trabalho sexual: entre abolicionismo e regulamentarismo

A maioria das pessoas entrevistadas para esta pesquisa luta para que o trabalho sexual deixe de ser um destino inevitável para o qual são empurradas muitas mulheres trans e travestis, e passe a ser apenas uma opção entre muitas.

“Nós temos que entender a experiência da prostituição a partir das experiências da prostituição e não a partir da experiência de pessoas que não se prostituem e que querem trazer um juízo sobre a prostituição, seja moral, acadêmico, seja um juízo a partir do marxismo, não importa. Temos que escutar as prostitutas trans a partir de sua experiência, vendo a prostituição dentro de uma compulsoriedade... Pensamos muito em classe e raça a partir desse lugar considerando que 90% da população trans e travesti vive dentro da prostituição e que 80% das vítimas anuais de homicídios são mulheres trans e travestis negras ou pardas” (entrevista com Letícia Carolina Nascimento 2021).

Essa tensão não ocorre somente dentro dos transfeminismos, mas também entre estes e outros setores dos feminismos, em especial, o feminismo cisgênero, branco e de classe média, que costuma assumir um posicionamento abolicionista sob o entendimento de que o trabalho sexual está apoiado na exploração do corpo feminino.

No entanto, o reconhecimento do trabalho sexual é, para algumas pessoas transfeministas, uma condição básica do pensamento transfeminista: “não há transfeminismo sem nós, as putas, todas as putas” (publicação de Daniela Núñez, no Twitter, 2021). Contudo, algumas pessoas manifestam que as discussões relacionadas com o trabalho sexual nem sempre são prioritárias nos transfeminismos e nos movimentos trans. Muitas estão concentradas nos temas da infância trans e suas famílias. Para algumas trabalhadoras sexuais transfeministas, essa omissão equivale a um tipo de abolicionismo que afeta seus modos de sobrevivência (entrevista com Daniela Núñez 2021).

Além disso, nas discussões transfeministas sobre o trabalho sexual, são abertas perguntas mais amplas sobre as lógicas do trabalho contemporâneo. “Militamos pelos direitos ao trabalho das trabalhadoras sexuais, mas precisamos de uma reflexão sobre os espaços laborais, se temos alguns que não sejam radicalmente exploradores. O trabalho sexual é como qualquer outro trabalho e isso não somente é lido em uma direção. Há pessoas que se dedicam ao trabalho sexual porque se dão bem nele. Colocam a gente numa posição de ‘ou defende, ou ataca’, mas não há reflexão sobre os espaços laborais que há fora do trabalho sexual. Nisso há uma precariedade que é observada em outros espaços” (entrevista com Siobhan Guerrero 2021).





Por sua vez, estão as organizações e as pessoas transfeministas com posicionamentos abolicionistas do trabalho sexual. Essas posturas não se encontram contra quem exerce o trabalho sexual, pois reconhecem essas pessoas como vítimas do “sistema prostituidor”.

A própria Lohana Berkins, em entrevista feita por Tessa (2012), declarou-se abolicionista. Numa entrevista com *Página 12* em 2012 respondia à pergunta sobre quando tinha chegado a essa postura: “quando entendi que a prostituição não somente dependia de mim, eu não a tinha inventado, mas sim que era um sistema muito mais perverso e mais forte, no qual eu estava inserida. Quando comecei a pensar sobre essas questões sob a perspectiva dos direitos humanos. E por todo o sinistrismo que vivi na prostituição, porque seria o relato mais amargo das nossas vidas, cheio de dor, de morte, de ausência, de violência sobre nossos corpos. Primeiro lutar para mudar minha vida, porque a prostituição não é uma questão que desejo para ninguém. Mas se você a escolher, está escolhendo, embora possa colocar condições dentro dessa escolha: que não prendam, que não te cobrem fiança, que não te explorem. Apesar de acreditar que tem que *aggiornar* o abolicionismo, sou absolutamente abolicionista. A recuperação do corpo é um dos atos mais fortes de liberdade. Isso me fez me aproximar, me declarar e ser” (Tessa 2012).

O coletivo feminista Las Rojas, da Argentina, também é abolicionista e é aliado do transfeminismo. “Em Las Rojas, propomos uma política abolicionista que enfrente em conjunto o sistema de relações patriarcais e capitalistas. **Para nós, a única forma de combater o tráfico e a exploração sexual é destruindo as relações patriarcais de submissão de mulheres, trans e crianças. Não consideramos que, dentro desse sistema, seja possível ‘escolher livremente’, colocar um preço ao corpo e à sexualidade sem que isso signifique uma prática violenta de submissão.** Estamos completamente contra a perseguição, de qualquer forma, das mulheres e de todas as pessoas exploradas sexualmente, responsabilizando-as de sua situação de vítimas, enquanto os cafetões e os prostituidores permanecem livres” (Hidalgo 2014).

Esse ponto, a não perseguição ou punição das mulheres trans e travestis que exercem o trabalho sexual, talvez seja o espaço de conciliação entre regulamentaristas e abolicionistas; ambos os setores estão de acordo com que as mulheres trans e travestis são vítimas do sistema prostituidor.





3 PRIORIDADES E ÁREAS DE ATUAÇÃO. A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL COMO CONTEXTO GERAL

As prioridades e as áreas de atuação giram em torno de um tema que permeia a vida das pessoas trans em toda a região: a violência. **A violência contra as mulheres trans e travestis é uma preocupação destacada pela maioria das pessoas entrevistadas como uma das questões mais urgentes — se não for a mais — para os transfeminismos latino-americanos²¹.**

Em números absolutos, o Brasil, o México e a Colômbia estão na liderança das estatísticas de crimes contra mulheres trans e travestis, mas em números relativos, a situação também é crítica na Nicarágua, em Honduras e em El Salvador²².

Contudo, é difícil saber o número exato de vítimas, já que nem todos os países têm observatórios para supervisionar e relatar os casos de violência contra pessoas trans e travestis, e/ou com identidades de gênero não binárias, como ocorre na América Central. Além disso, na maioria dos países, os dados não estão sistematizados e, por consequência, grande parte dos transfeminicídios aparece como “homicídios” ou assassinatos de homens.

Nesse contexto, a vereadora São Paulo Erika Hilton²³, numa frase contundente, afirmou: **“é urgente parar o genocídio”** (entrevista com Erika Hilton 2021).

Se as cifras evidenciam a dimensão do problema, a crueldade com que são assassinadas muitas mulheres

trans e travestis revela o ódio que motiva esses crimes e o nível de desumanização a que são submetidas essas pessoas. O continente está cheio de exemplos assustadores, como o da Roberta Nascimento da Silva²⁴, de 33 anos, a quem um jovem de 17 anos lançou um líquido inflamável e logo colocou fogo. Roberta faleceu depois de dias de torturante agonia, na cidade de Recife, nordeste do Brasil.

Essa violência é vista pelos transfeminismos como expressão da transfobia e da misoginia — muitas vezes também em interação com o racismo —, tudo isso enraizado na história colonial da região. “Há um ódio do feminino implantado pela colonialidade; esta produz um ódio não contra a mulher, mas sim contra tudo o que é feminino: mulher, travesti, homem afeminado”, explica Letícia Carolina Nascimento (2021).

Além disso, como Florencia Guimaraes menciona, a violência não somente é vivida nas ruas, mas também nas prisões às quais chegam muitas pessoas trans e travestis por meio de códigos contravencionais. “Só o fato de estar em um espaço público era justificativa para estar presa, porque tinha um artigo em que dizia que ‘toda pessoa que se encontrar no espaço público com roupa inadequada para seu sexo será multada, penalizada’ e, por isso, já passamos dias, meses e anos presas” (entrevista com Florencia Guimaraes 2021).

Mati González Gil reforça essa ideia ao afirmar que a maioria de pessoas trans e travestis que se encontram privadas da liberdade não está na prisão pela criminalização direta de suas identidades, mas sim pela aplicação de cinco tipos de leis: 1) leis que penalizam relações sexuais consensuadas entre adultos do mesmo sexo (no Caribe); 2) leis que, direta ou indiretamente, criminalizam o trabalho sexual ou onde há ambiguidade em sua regularização; 3) leis de “moralidade e bons costumes” e os regulamentos de espaço público que definem o ordenamento territorial e os usos do solo; 4) leis de estupefacientes e 5) leis de controle de identidade aplicadas pela polícia²⁵.

21 A iniciativa Transrespect vs Transfobia relatou que 350 pessoas de gênero diverso foram assassinadas entre 1 de outubro de 2019 e 30 de setembro de 2020 no contexto mundial da pandemia ocasionada pela covid-19. 98% desses crimes foram cometidos contra mulheres trans ou pessoas transfemininas; 82% de todos os assassinatos foram registrados na América Latina e 42% do total ocorreu no Brasil.

22 *Ibid.* Entre 1 de outubro de 2019 e 30 de setembro de 2020 foram registrados 107 assassinatos em Honduras; 55 em El Salvador e 58 na Guatemala. Várias das pessoas entrevistadas para este relato declararam que há um subregistro importante de casos de violência contra pessoas trans nesses países.

23 Erika Hilton é a primeira mulher trans escolhida como vereadora para a Câmara Municipal de São Paulo. Foi a mulher com maior votação em todo o país em 2020 com 50 mil votos e a sexta mais votada no *ranking* geral. Atualmente, tem dois guarda-costas.

24 “Morre Roberta, mulher trans queimada viva no centro de Recife”, Ponte.org

25 Para mais informações, ver: “Los cuellos de botella legales de las personas trans en América Latina y el Caribe”, <https://volcanicas.com/los-cuellos-de-botella-legales-de-las-personas-trans-en-america-latina-y-el-caribe/>

Soma-se a tudo isso a militarização dos espaços urbanos e rurais de vários dos países da região, mas principalmente de países da América Central, da Colômbia e do México. Essa militarização ocorre em nome da segurança e do desenvolvimento econômico (projetos de infraestrutura ou de ecoturismo), mas vem atrelada à vigilância dos corpos: os exércitos diferenciam entre quem pode habitar o espaço e quem não. Mati González confirma esse ponto: “a polícia e o exército têm a faculdade de controlar a identidade das pessoas sem ordem judicial” (González Gil 2021), o que submete as pessoas trans e travestis a uma maior vigilância e potencial violência por parte da força pública.

Considerando esse contexto de violência física e estrutural, além da reivindicação urgente pela própria preservação da vida, os transfeminismos na região trabalham em várias áreas nas quais são manifestadas as demais violências contra as mulheres trans e travestis: educação, empregabilidade, saúde integral, retificação do nome, participação cidadã e leis de identidade trans.

Os pontos a seguir enunciam algumas das áreas de atuação.

a. Luta contra o transfeminicídio

Essa luta complexa e multifatorial envolve as estratégias contra a violência estrutural, elencadas mais adiante. Contudo, de maneira mais imediata, grande parte do trabalho contra os transfeminicídios está focada na luta contra a impunidade.

Uma notável exceção é a recente decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado hondurenho pelo transfeminicídio da ativista trans Vicky Hernández, assassinada por agentes do Estado no contexto de um toque de recolher em 2009²⁶.

Além disso, os transfeminismos lutam para mudar a forma na qual esses casos são categorizados legalmente. Como Letícia Carolina Nascimento (2021) diz: “devemos entender essa violência como um feminicídio, como um

transfeminicídio, se quiser, e devemos lutar ou por uma legislação própria, ou então exigir que a lei de feminicídio passe a punir crimes de gênero e não somente crimes sexuais, que é como está atualmente”.

b. Despatologização das identidades trans e travestis

É fundamental o trabalho para que as identidades trans, travestis e não binárias deixem de ser catalogadas e percebidas como pessoas que padecem de transtornos ou doenças mentais. Também há um trabalho árduo pelo reconhecimento e pelo respeito pelas infâncias trans.

c. Leis integrais de identidade de gênero

Os transfeminismos pretendem que todos os países tenham leis integrais de identidade de gênero que estejam baseadas única e exclusivamente no reconhecimento da identidade autopercebida das pessoas. Isto é, que essas leis devem estabelecer que não pode ser exigido nenhum tratamento hormonal ou cirúrgico, bem como nenhum tipo de atestado médico ou psiquiátrico como requisito para o reconhecimento da identidade de gênero. Além disso, os transfeminismos buscam que esses processos sejam gratuitos, pois, do contrário, não estariam ao alcance da grande maioria das pessoas trans e travestis.

As lutas por leis integrais de identidade de gênero são fundamentais para garantir o cumprimento pleno dos direitos para as pessoas trans e travestis, incluindo o direito à educação, ao trabalho, à moradia e à saúde, como é explicado a seguir.

Uma aposta fundamental dos transfeminismos consiste em ampliar e melhorar o acesso das pessoas trans e travestis ao ensino (fundamental, médio e superior)²⁷ e pretendem incluir uma perspectiva de gênero diversa

26 “Honduras culpable de la muerte de activista trans, Vicky Hernández: Corte Interamericana de DDHH”. Seis Franjas, 2020.

27 Para mais informações, ver: Juliana Martínez e Salvador Vidal Ortiz (eds.), “*Travar el saber*”, *educación de personas trans y travestis en Argentina: relatos en primera persona* (La Plata: Editorial de la Universidad Nacional de La Plata, 2018), <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/73755>

dentro dos currículos acadêmicos para prevenir o bullying, a desistência escolar e o suicídio juvenil²⁸.

Além disso, é considerado prioritário o acesso à saúde integral e não somente no que se refere às transições de gênero. “Não se trata somente de cirurgia e hormonização; é câncer, é covid, é gripe, é apendicite etc. e, na grande maioria das vezes, as entidades de saúde não estão preparadas para nos atender” (entrevista com Letícia Carolina Nascimento 2021).

Por último, é também urgente ampliar e melhorar o acesso a empregos de todo tipo. Um exemplo de tradução desse tipo de demandas em políticas públicas são as diferentes ferramentas legais aprovadas na Argentina: a lei de identidade de gênero aprovada em 2012²⁹, a lei que regulariza o percentual de trabalhadores trans e travesti (1% no serviço público), aprovada em 2021, e um decreto presidencial que contempla a categoria não binária em documentos oficiais.

d. Antipunitivismo

“No mundo, há poucas coincidências, mas talvez na América Latina haja uma consciência de que as estratégias punitivas não funcionam para as pessoas trans” (entrevista com Siobhan Guerrero 2021). As mulheres trans e travestis acabam representadas desproporcionalmente nas prisões em parte pelos vieses de gênero das forças policiais, em parte pela criminalização de seus meios de trabalho, como é o caso do trabalho sexual, e pelas políticas antinarcóticos que criminalizam o microtráfico. Portanto, alternativas não punidoras e reparadoras são fundamentais para os transfeminismos.

28 A campanha contra a ideologia de gênero empreendida por diversos setores sociais (igreja católica e cristãs/evangélicas, coletivos cidadãos, grupos políticos) vêm prejudicando essas perspectivas educacionais inclusivas por meio da instrumentalização da discussão sobre a identidade de gênero para promover pânico moral, em particular quando falam de educação sexual para crianças e adolescentes. Isso é evidente em campanhas como a peruana “*Con mis hijos no te metas*” (“Com meus filhos, não te mete”) ou como o movimento “Escola sem partido” (“Escuela sin partido”) no Brasil.

29 Outros países que também têm leis de identidade de gênero são Bolívia, Chile, Uruguai e alguns estados da federação mexicana. Essas leis, com diversas variações e escopos, estabelecem o direito ao autorreconhecimento da identidade de gênero, independentemente do sexo biológico, genético, anatômico, morfológico, hormonal, de designação ou de qualquer outra índole. Para mais informações, ver o relatório do Mapeo Legal Trans.

4 ESTRATÉGIAS

a. A arte como ativismo e autocura

A arte é usada como forma de ativismo — chamado inclusive por algumas pessoas de “ativismo”. O ativismo permite questionar a construção identitária das pessoas sul e centro-americanas a partir de reflexões sobre a cultura, a mestiçagem e a racialização, ao mesmo tempo que desfaz as fronteiras com o âmbito acadêmico e com outros transfeminismos na região.

Algumas pessoas entrevistadas e/ou mapeadas para esta pesquisa usam a performance como forma de ação (política) e de cura por meio de exercícios espirituais que permitem a recuperação da ancestralidade: Elyla Sinvergüenza, por exemplo, nomeia-se “Barro mestiza”, como forma de resistência às identidades coloniais sem se incluir, com isso, nas experiências indígenas. Tem uma performance com o mesmo nome. Outros exemplos são a arte performática pós-porno de Analú Laferal; o rap, a fotografia e a arte audiovisual de Rosa Luz; a dramaturgia de Renata Carvalho; o reggaeton transfeminista de Ángel Mendoza; as múltiplas intervenções performativas da Rede Comunitária Trans da Colômbia e de “TOLOPOSUNGO” (“Todos los policías son unas gonorreas”, algo equivalente em português a “todos os policiais são uns desgraçados”), uma série de performances feitas por pessoas trans, travestis e não binárias contra a violência policial no contexto dos massivos protestos sociais contra o governo de Iván Duque na Colômbia em 2021.

Na Nicarágua, artistas trans e não binários, críticos do regime de Ortega, sofreram censura e ameaças por seu trabalho. Elyla Sinvergüenza, por exemplo, teve que sair do país em 2018 e, embora já tenha voltado, manifestou que mudou seus meios de trabalho por segurança.

b. A política como caminho de empoderamento e transformação social

“Não vamos conseguir uma transformação até que não haja mais mulheres trans em espaços de participação política ou de acesso ao setor executivo”. Por isso, é importante exigir cotas diferenciadas nas entidades administrativas que permitam aumentar a representação de pessoas trans e travestis (entrevista com Charlotte Callejas 2021).





Embora, para a grande maioria de pessoas trans e travestis, os cargos de eleição popular continuem estando na esfera do inacessível, começam a aparecer exemplos da importância de ocupar tais espaços nos quais são elaboradas políticas públicas, como o de Erika Hilton ou Robeyoncé de Lima no Brasil.

Como foi indicado antes, as eleições municipais de 2020 representaram um marco na história em termos de representatividade de pessoas trans nesse país: enquanto em 2016 foram eleitas oito pessoas trans, em 2020, foram eleitas 30.

Também fora das urnas, há ações estratégicas pelo impacto comunitário que têm, como as desempenhadas no setor público e que visibilizam as mulheres trans e travestis não somente no que se refere a políticas LGBT, mas também às políticas de saúde, segurança, alimentar e outras, como faz Charlotte Callejas na Colômbia. Também é o caso de Johana Maturana, no Chocó colombiano, que faz parte das mesas de mulheres do Chocó das quais participa

como líder comunitária ativa em busca da paz de um território historicamente oprimido pelo conflito armado.

Algumas pessoas salientam a importância de gerar uma narrativa política a partir do transfeminismo, como alternativa para o discurso transfóbico. No Brasil, estão trabalhando na conformação de uma frente nacional transpolítica, um conjunto de parlamentares, mulheres trans e travestis de diversas correntes políticas, mas todas próximas das agendas do transfeminismo.

c. O pessoal é político: histórias trans em primeira pessoa

Identificamos o uso das plataformas e das redes sociais por parte de muitas mulheres trans e travestis, bem como de outras identidades de gênero não binárias — principalmente do Instagram, do Facebook, do Twitter e do YouTube — para fazer ativismo transfeminista não somente pela divulgação de conteúdo sobre o tema, mas também, e especialmente, pela exposição do cotidiano

de suas vidas como uma maneira de desmistificar o universo das pessoas trans.

Essas iniciativas são importantes vias de autonarrativa, que ultrapassa o extrativismo acadêmico e jornalístico ao possibilitar recontar as próprias experiências contra a violência epistêmica. O uso das redes sociais, por sua vez, aumenta a visibilidade e a presença de mulheres trans em diversos cenários da vida social e política.

Este é o caso de Leah Rivaz, que se nomeia como “ativista e ciberativista pelos direitos das mulheres e das pessoas trans. Sou uma ativista, transfeministas e ciberativista feminista (entrevista com Leah Rivaz 2021).

5 DESAFIOS E URGÊNCIAS

a. Falta de recursos, uma ameaça existencial

O principal desafio que as organizações e as pessoas transfeministas enfrentam para poder atingir suas metas é a falta de recursos. A grande maioria das pessoas

entrevistadas mencionou a precariedade não somente na qual as pessoas trans e travestis da região vivem, mas também na qual elas devem fazer seu trabalho.

Os desafios para ter acesso a financiamento direto (não intermediado por organizações LGB cis, universidades etc.) incluem os complexos processos burocráticos para solicitar fundos a financiadores internacionais, a dificuldade de formalizar suas organizações para satisfazer as exigências desses financiadores e a impossibilidade de arcar com os custos administrativos exigidos para solicitar e, em caso de receber, para administrar esses fundos.

Como afirma Miluska Luzquiños, do Peru, é difícil pensar em organizações de mulheres trans que possam fazer seu ativismo quando as necessidades mais básicas não estão satisfeitas. A gravidade da situação é exemplificada pelo sonho de Miluska de construir um refeitório comunitário: “imagino um refeitório grande no centro de Lima, com assessoria de uma nutricionista, um lugar onde possa oferecer boa comida a muitas companheiras; a falta de comida é algo que as afeta muito... já conseguíamos visualizar isso nas paradas do dia do orgulho aonde levamos refeições a 15 regiões do país e a todas elas



vinham as companheiras a nos dizer ‘obrigada’, ‘obrigada por nos trazer comida’, isso é algo que me comove” (entrevista com Miluska Luzquiños 2021)

Embora os transfeminismos possam ser beneficiados pelo reconhecimento mútuo e pela união de esforços na região, esses diálogos requerem de apoio, organização e financiamento, com o que as organizações não contam (Elyla Sinvergüenza 2021). A respeito disso, algumas pessoas entrevistadas falaram da necessidade de propor parcerias com agências de cooperação internacional ou da área acadêmica para poder visibilizar o trabalho local transfeminista e a situação das pessoas trans que se identificam como tais (entrevista com Charlotte Callejas 2021). Contudo, a situação é urgente: a falta de recursos é uma ameaça existencial aos transfeminismos na América Latina.

b. Ataques transexcludentes

Apesar de os ataques dos últimos anos virem de setores historicamente antagônicos (partidos de esquerda, direita e setores transexcludentes do feminismo), eles estão baseados em preconceitos

comuns. Entre outros, as mulheres trans e travestis são acusadas de ser um perigo para as mulheres cisgênero em espaços segregados por gênero e, a partir dos femininos transexcludentes, de buscar “apagar” simbolicamente as leis contra a violência de gênero (entrevista com Siobhan Guerrero 2021) e de consolidar papéis de gênero³⁰.

Parte desses ataques, principalmente de movimentos e setores teoricamente progressistas, deve-se a que os transfeminismos problematizam o sujeito “mulher” no centro de alguns feminismos que universalizam a identidade da mulher cisgênero como a única possível. Essa problematização está no seio da ofensiva das feministas biologicistas contra os transfeminismos e a inclusão de pessoas trans e travestis dentro dos espaços e dos projetos feministas.

Contudo, essa problematização de nenhuma maneira implica o “apagamento” do conceito “mulher”, mas sim sua ampliação para que nele caibam as múltiplas experiências de “mulheridade” e “feminilidade”, e não somente a experiência de mulheres cisgênero, heterossexuais, brancas, não migrantes e de classe média ou alta (entrevista com Letícia Carolina Nascimento 2021).

Como explica Alexya Salvador: “eu não posso decidir que sou somente feminista se não incluir a agenda transfeminista, se eu somente falo da agenda feminista cisgênera, estou num clube fechado; feminismo sem mulheres trans e travestis não é feminismo, é um clube da Luluzinha” (entrevista com Alexya Salvador 2021).

Os discursos de ódio contribuem para alimentar a discriminação em um primeiro nível, mas também cumprem um papel importante na desumanização das mulheres trans e travestis e, portanto, com preocupante frequência acabam se traduzindo em crimes contra essa população.

30 Diante dessa acusação feita às pessoas trans de coisificar os papéis de gênero e às mulheres trans em particular, de hiperfeminização, Charlotte Callejas diz que não é essa a forma em que elas o interpretam, porque “nada mais revolucionário que criar uma feminidade e que possa coexistir com a genitalidade masculina” (Charlotte Callejas 2021).



c. Outros

- **Gerar ambientes familiares mais acolhedores:** o apoio familiar é um fator importante na história de vida das mulheres trans e travestis que puderam se desenvolver dentro de contextos com mais bem-estar e oportunidades de educação e trabalho do que os contextos das que foram expulsas de suas casas muito jovens, sendo conduzidas obrigatoriamente à prostituição.
- **Reconhecer as migrações:** prática importante na região. Esta não está inteiramente documentada e envolve níveis altos de violência para as pessoas trans, travestis e não binárias, especialmente na América Central. É relevante identificar as histórias das pessoas migrantes, de onde chegaram, o que viveram e como morreram (entrevista com Daniela Núñez 2021).
- **Propor parcerias e redes transfeministas** em território latino-americano (que inclui América Central e Caribe). Essas redes permitiriam partilhar experiências sobre como operar em contextos coloniais, ditatoriais e patriarcais. Essas alianças incluiriam parcerias sociais e políticas com outros setores do feminismo; com agências de cooperação internacional que possibilitam abrir linhas de pesquisa centralizadas nos transfeminismos e, além disso, situá-las no mapa dos financiamentos internacionais; com a academia, para assim produzir conhecimento sobre a situação das pessoas trans, travestis e não binárias que as inclua como pesquisadoras e não como objetos de pesquisa (Charlotte Callejas 2021).
- **Propor e desenvolver pesquisas** a partir de diferentes setores, incluído o âmbito acadêmico (embora apresentem a necessidade de serem consideradas nas equipes de pesquisa e não unicamente como objetos de pesquisa). Estas pesquisas poderiam revelar dinâmicas subjacentes em termos das categorias diferenciais de opressão e subordinação sobre os seguintes temas (entrevista com Charlotte Callejas 2021): 1) o trabalho sexual sob olhares não punitivos, 2) as religiosidades e a espiritualidade com relação às dinâmicas classistas e racistas, 3) o avanço dos feminismos transexcludentes e 4) a recuperação da memória trans e travesti por meio de narrativas em primeira pessoa.



6 SONHOS TRANSFEMINISTAS

“O meu sonho transfeminista é que nenhuma mulher mais seja jogada nas ruas; que nenhuma mais seja afastada da sua família; que nenhuma tenha que se prostituir pelo simples fato de ser quem ela é; que sua natureza transfeminista possa ser respeitada, possa ser legitimada. Que a sociedade não nos castigue por a gente ser quem nós somos”

Érika Hilton,
vereadora da Câmara Municipal de São Paulo).

“Meu sonho transfeminista é que, quando minhas filhas, quando elas tiverem a minha idade — eu tenho 40 anos —, elas possam ser quem elas quiserem ser nesta sociedade; que elas possam sair de casa com a certeza de que elas vão voltar. Desejo que todas as mulheres, quando decidirem acabar com um relacionamento, não sejam assassinadas pelo ex-companheiro; que elas tenham o direito a dizer ‘eu não quero mais’; que tenham direito a abortar se as mulheres entenderem que não podem continuar com a gravidez; sonho com que todas as mulheres tenham voz, oportunidades e salários dignos, sonho com que as travestis não tenham que se prostituir a não ser que elas queiram, mas que não seja algo compulsório”

Alexya Salvador,
pastora evangélica, ativista e mãe de duas meninas trans.

“Tomara que chegue o momento em que não tenha que estar interpelando, resistindo ou tentando o tempo inteiro exigir que nos garantam os direitos; poder exercer os direitos sem nenhum tipo de violência ou estigma”

Charlotte Callejas,
ativista cubana residente na Colômbia.

“Encontrar espaços de diálogo interseccional que permitam falar com outres e não no lugar deles; dividir experiências e saberes, e reunir esforços para o trabalho conjunto a partir do respeito, do cuidado e da escuta”

Elyla Sinvergüenza,
ativista nicaraguense e artista de performances.

“Meu sonho transfeminista é que o mundo inteiro tenha uma visão transfeminista; acho que é útil para todos, assim como penso que o olhar do feminismo negro é útil para todo o mundo. Que todos sejamos feministas e uma pessoa trans ou não binária possa ser quem ela é e ocupar todos os lugares da sociedade; que possa ser cada vez mais coisas: professora, política, empresária... que nossas vozes sejam ouvidas”

Jaqueline Gomes de Jesus,
acadêmica brasileira.



CONCLUSÕES

- Os transfeminismos na América Latina são uma vertente do feminismo centralizada nas vozes, nas experiências, nas práticas e nos conhecimentos das mulheres trans e travestis. Essa vertente é expressa por meio de práticas, posicionamentos epistemológicos e apostas políticas baseados num olhar interseccional e profundamente crítico do essencialismo de gênero, da transfobia dentro do feminismo e da precarização de corpos migrantes, racializados, empobrecidos e com identidades de gênero não binárias.
- As agendas transfeministas enfrentam duas barreiras principais: primeira, a falta de recursos é uma ameaça existencial para os transfeminismos na América Latina. Segunda, os ataques transfóbicos tanto de grupos conservadores quanto de setores transexcludentes dos feminismos que colocam em risco os avanços obtidos e ameaçam institucional e cotidianamente as vidas e os direitos das pessoas trans, travestis e não binárias.
- Os transfeminismos latino-americanos são plurais, interseccionais, decoloniais e são organizados em três campos de ação e produção de conhecimento: prático, epistemológico e político.
- A identidade travesti é constituída como identidade política eminentemente latino-americana, com particularidades em cada país e com o potencial de desafiar a lógica binária de gênero das sociedades ocidentais nas quais quem sai dela é oprimido.
- A reivindicação do termo “travesti”, de origem pejorativa, é uma das muitas insubordinações epistêmicas e políticas empreendidas pelas pessoas transfeministas na região.
- Os transfeminismos latino-americanos estão em constante movimento, tensão e transformação em função das necessidades das pessoas trans e travestis segundo os diferentes contextos políticos e socioculturais da região.

- A interseccionalidade e a decolonialidade são marcos que são entrelaçados nos transfeminismos latino-americanos, porque, assim como a interseccionalidade, que permite ver as diversas linhas de opressão e discriminação que permeiam a vida das mulheres trans e travestis (racialização, gênero, classe, entre outras), a decolonialidade busca desfazer os discursos da colonialidade do poder e de gênero que perpetuam essas opressões.
- No centro dos transfeminismos latino-americanos estão as mulheres trans e travestis como sujeitos políticos deles. Contudo, há cada vez mais participação de outros atores no transfeminismo, como a dos homens trans e as diversas transmasculinidades, outras identidades não binárias e aliados cisgênero.
- Os transfeminismos latino-americanos enfrentam várias tensões tanto internas quanto externas diante de vários temas: 1) limites do sujeito político e, inclusive, pertinência do transfeminismo como movimento para melhorar a vida das mulheres trans e travestis, 2) abolição ou regulamentação do trabalho sexual e 3) academia cisnormativa versus ativismos transfeministas como geradores legítimos de epistemologias sobre transfeminismo.
- A linguagem protagoniza a própria transformação representada por quem se nomeia transfeministas e fala de “corpa” no lugar de “corpo”, “sujeita” no lugar de “sujeito”, “cistema” no lugar de “sistema”, “binárie” no lugar de “binário ou binária”, entre outros.
- O desafio mais urgente que os transfeminismos latino-americanos enfrentam é a violência estrutural que mata nas ruas latino-americanas mulheres trans e travestis, mas que também mata as possibilidades de ter acesso à educação, ao emprego, à saúde ou à moradia e a outras condições de vida digna.
- Algumas das áreas prioritárias de trabalho na região, além da luta contra o transfeminicídio, são a despatologização das identidades trans, o acesso à educação, à saúde e à moradia, as leis de identidade trans e o antipunitivismo.
- Os ataques transexcludentes se nutrem da narrativa do chamado “feminismo biologicista”, alimentando contextos políticos e sociais por si só violentos contra as pessoas trans e travestis.
- Os transfeminismos veem a necessidade de gerar espaços transnacionais de integração, construção de comunidade e luta transfeminista, mas carecem de recursos e verba para isso.

LISTA DE ENTREVISTAS

Alexya Salvador. Ativista e pastora da Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo, vice-presidenta da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas. Brasil.

Claudia Sofía Garriga-López. Acadêmica. California State University-Chico. Porto Rico.

Charlotte Callejas. Defensora de direitos humanos, diretora de Transcolombia e coordenadora da Red Nacional y Distrital de Mujeres y Colectivos Transfeministas. Cubana residente na Colômbia.

Daniela Núñez García. Integrante da equipe do Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir no México. Costarricense residente no México.

Elyla Sinvergüenza. Artista de performance e ativista. Nicarágua.

Erika Hilton. Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de São Paulo, vereadora com mais votos nas eleições de 2020. Brasil.

Florencia Guimaraes García. Política, responsável pelo programa de acesso a direitos da população travesti e trans do Centro de Justicia de la Mujer y Géneros. Argentina.

Jaqueline Gomes de Jesus. Professora de psicologia no Instituto Federal do Rio de Janeiro e presidenta da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. Brasil.

Johana Maturana. Líder afrotransfeminista do Chocó, criadora da Fundación Johana Maturana. Colômbia.

Leah Rivas. Ativista transcentennial. México.

Letícia Carolina Pereira do Nascimento. Doutoranda em educação, docente da Universidade Federal do Piauí, integrante das organizações Acolhe Trans e FONATRANS. Brasil.

María Clara Araújo. Pedagoga, afrotransfeminista, faz parte do corpo docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, criadora do projeto “Pedagogia da travestilidade” sobre educação e a experiência vivida pelas crianças trans. Brasil.

Matilda González Gil. Advogada, ex-secretária das Mujeres y Equidad de Género de Manizales. Colômbia.

Mauro Cabral. Diretor-executivo da Global Action for Trans Equality, GATE; coordenador da disciplina de Estudos trans da Universidad de Buenos Aires, faz parte da equipe que escreveu os Princípios de Yogyakarta (2006). Argentina.

Miluska Luzquiños. Diretora em TRANS — organização pelos direitos humanos das pessoas trans. Peru.

Natasha Jiménez. Directora de Mulabi — espaço latino-americano de sexualidades e direitos. Costa Rica.

Santiago Balvin. Ativista transmasculino não binário, transfeminista. Peru.

Sayak Valencia. Filósofa. México.

Siobhan Guerrero McManus. Pesquisadora da Universidad Nacional Autónoma de México, integrante da equipe do Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir. México.

BIBLIOGRAFIA

- Benavides, Bruna e Sayonara Nogueira B. Dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Expressão Popular, 2021. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>
- Berkins, Lohana. "Travestis: una identidad política". E-misférica. Hemispheric Institute, 2007. http://www.hemi.nyu.edu/journal/4.2/esp/es42_pg_berkins.html
- Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación. Glosario de la diversidad sexual, de género y características sexuales. México, 2016. https://www.conapred.org.mx/documentos_cedoc/Glosario_TDSyG_WEB.pdf
- Chiam, Zhan, Sandra Duffy e Matilda González Gil. Informe de Mapeo Legal Trans. Asociación Internacional de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersex (ILGA), 2017. <https://www.refworld.org/es/pdfid/5b3564984.pdf>
- Da Silva, Vitória Régia. "Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016". Gênero e Número, São Paulo. (2020). <https://www.generonumero.media/trans-eleitas-em-2020/>
- Daria #LaMaracx. (2021) "Las malas travestis". La periódica digital, periodismo feminista. https://laperiodica.net/las-malas-travestis/?fbclid=IwAR36PlsRP5MOPb7tc-QeMScYCw7ILqWjv5_VI_ethRt4LW4wgasczFX12Hp0
- Garriga-López, Claudia Sofía. "Transfeminismo. Una genealogía y cartografía transnacional de un movimiento micropolítico". TSQ*Now (2016). <https://www.tsqnow.online/post/transfeminismo>
- González Gil, Matilda. "Los cuellos de botella legales de las personas trans en América Latina y el Caribe." Volcánicas, 2021. <https://volcanicas.com/los-cuellos-de-botella-legales-de-las-personas-trans-en-america-latina-y-el-caribe/>

- Hidalgo Roble, M. "En defensa del abolicionismo. Debate sobre la trata y la explotación sexual". Em: Socialismo o barbarie. Las Rojas., 2014. <http://www.socialismo-o-barbarie.org/i-pdfs/140400-revista-sob-28-en-pdf/140400-10-genero-249-268.pdf>
- Lugones, María. Colonialidad y género. Binghamton University, 2008. <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>
- Martínez, Juliana. (2014). "La obligación de ser heterosexual". Sentiido. <https://sentiido.com/la-obligacion-de-ser-heterosexual/>
- Martínez, Juliana, Ángela María Duarte e María Juliana Rojas. Manufacturing moral panic: Weaponizing Children to undermine gender justice and human rights. Global Philanthropy Project. <https://globalphilanthropyproject.org/2021/03/24/manufacturing-moral-panic/>
- Martínez, Juliana e Salvador Vidal Ortiz (eds). "Travar el saber", educación de personas trans y travestis en Argentina: relatos en primera persona. La Plata: Editorial da Universidad Nacional de La Plata, 2018. <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/73755>
- Organização dos Estados Americanos. Violencia contra personas lesbianas, gay, bisexuales, trans e intersex en América. 2015. <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/violenciapersonaslgbti.pdf>
- OAS/Ser.LV/II.rev.2 Doc. 36 12 noviembre 2015 Original: Inglés
Ponte.org. Morre Roberta, mulher trans queimada viva no centro de Recife. Ponte.org. 2021. <https://ponte.org/morre-roberta-mulher-trans-queimada-viva-no-centro-de-recife/>
- Qué pasa. "Candidatos transgénero ganan terreno en la política en América Latina", revista Qué pasa. 2018. <https://quepasamedia.com/noticias/mundo/sudamerica/candidatos-transgenero-ganan-terreno-en-la-politica-en-america-latina/>
- Quijano, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. Perú Indígena 13, no. 29(1992): 11-20.
- Seis Franjas. "Honduras culpable de la muerte de activista trans, Vicky Hernández: Corte Interamericana de DDHH". Seis Franjas. 2020. <https://seisfranjas.mx.com/2020/11/12/cidh-inicia-juicio-del-asesinato-de-activista-trans-vicky-hernandez-vs-honduras/>
- Radi, Blas. "On trans* epistemology. critiques, contributions, and challenges". TSQ: Transgender Studies Quarterly 6, no. 1 (2019): 43-63.
- Ramírez Guzmán, Boris. "Colonialidade e cis-normatividade: conversando com Viviane Vergueiro". Iberoamérica Social. 2014. <https://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro/>
- Tessa, Sonia. "El cuerpo recobrado". Debates. Página 12. 2012. <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-7117-2012-03-09.html>
- Transrespect versus Transphobia. Investigación sobre asesinatos de personas trans y género-diversas en el mundo. 2020. <https://transrespect.org/es/tmm-update-tdor-2020/>
- Wayar, Marlene. Travesti. Una teoría lo suficientemente buena. Buenos Aires: Muchas Nueces, 2018.

TRANSFEMINISMOS NA
**AMÉRICA
LATINA**

RESUMO DE ACHADOS

sentiido

■■■ HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG

TRANSFEMINISMOS NA
**AMÉRICA
LATINA**

RESUMO DE ACHADOS

